

RESPONSABILIDADE SOCIAL DO EMPRESARIADO OU FILANTROPIA EMPRESARIAL A SERVIÇO DO CAPITAL?

Adelaide Ferreira Coutinho¹

RESUMO

Este artigo remonta a estudos que se vem desenvolvendo, desde 2002, acerca das relações entre Estado, mercado e Organizações Não-Governamentais (ONGs), estas últimas, constitutivas do denominado “terceiro setor”, na oferta de educação pública aos pobres. Trata-se de uma reflexão crítica sobre a chamada responsabilidade social empresarial e suas ações de filantropia em educação e no controle da pobreza e suas múltiplas formas de manifestação, favorecida, ainda, pela força da privatização de serviços públicos essenciais.

Palavras-chave: Terceiro Setor; Filantropia empresarial; Pobreza; Educação.

CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY OR CORPORATE PHILANTHROPY SERVING CAPITALISM?

ABSTRACT

This paper concerns studies that have been developed, since 2002, about the relationship between the State, the market, and the Non-Governmental Organizations (NGOs). The latter constitute the so-called “third sector”, offering public education to the impoverished. The study presents a critical analysis on the so-called corporate social responsibility and its actions of philanthropy in education, in the control of poverty, as well as its many forms of manifestations, asserting moreover, that the phenomenon in view is favored by the privatization of the essential public services.

Keywords: Third Sector; Corporate philanthropy; Poverty; Education.

¹ Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: adelaide.fcoutinho@bol.com.br

Introdução

O fio condutor dessa reflexão remonta a estudos que se vêm desenvolvendo, desde 2002, acerca das relações entre Estado, mercado e Organizações Não-Governamentais (ONG's), estas últimas constitutivas do denominado “terceiro setor”, na oferta de educação pública aos pobres.

A reestruturação da administração pública, pela via da Reforma do Estado, provocou modificações que se estenderam à promoção das políticas sociais, dentre as quais a educacional. Essa contrarreforma desdobrou o Estado em vários formatos institucionais, anunciando teses democratizantes da gestão pública, criando espaços favoráveis para parcerias e para o revigoramento das organizações sociais de caráter não-lucrativo e não-governamental. Em sintonia com tal reestruturação da gerência pública, pela força da privatização de serviços públicos essenciais, popularizam-se as teses da responsabilidade social empresarial.

No Brasil, a filantropia empresarial não é novidade, pois o empresariado brasileiro realiza-a há mais de cinquenta anos, vejam-se os serviços sociais da indústria e do comércio que já fazem filantropia com o dinheiro público, desde o governo Getúlio Vargas.

No entanto, é no final dos anos 90 que esse fenômeno toma maiores dimensões, sob a ideia de cidadania planetária, com nova inteligibilidade acerca da educação e da pobreza. Assim, a responsabilidade social empresarial amplia os espaços da participação individual ao campo jurídico-institucional de grupos particulares lucrativos, adotando, inclusive, o discurso das ONG's tradicionais.

Para a educação, esse jogo político demarcou a transferência de responsabilidades no campo das políticas sociais para a sociedade civil, a partir de diretrizes estabelecidas pelo Estado. Esse comportamento foi amplamente chamado de descentralização democrática e implicou na valorização e ampliação das ONG's que passarão a prestar serviços focalizados no campo da educação, saúde, esporte e lazer, cultura, formalmente cobrados por meio de resultados quantitativos, os quais, hoje, são objeto de denúncia por corrupção. Os convênios entre o governo e essas organizações são acusados de falta de critérios claros de gestão dos recursos públicos, de favorecimento político, de desvio de objetivos na execução dos

contratos de parceria, de ausência de fiscalização e até da existência de ONG's "fantasmas".

Desse modo, questões relativas aos problemas sociais (educação, pobreza, geração de renda) passam a conformar as relações sociais empresariais, consolidando-se o discurso da corresponsabilidade social e cultural do empresariado ou da filantropia empresarial voltada às periferias das empresas e a regiões pobres.

Nota-se ainda uma mudança no perfil e na ação política da maioria dessas Organizações Não-Governamentais associadas ou em parceria com as demais organizações do "terceiro setor". Hoje, elas defendem mais parceria e menos confronto, mais diálogo e consenso entre os componentes da sociedade civil (vista abstratamente) e menos movimentos sociais contestatórios. E, desde que elas atinjam seus objetivos e metas, têm-se anunciado como a esperança de uma nova organicidade social e com o desejo de tornar humano aquilo que, em essência, vive da desumanidade ou desumanização do homem: o capitalismo.

A estruturação e a manifestação das relações constitutivas dessa realidade não estão dadas imediatamente à percepção. São formas de aparência do real, que, na sociedade capitalista, geralmente, têm a função de legitimar o projeto político-econômico em execução.

Escamotear a veracidade desse processo exige um duplo caminho: por um lado, o da indução a uma imagem mistificada de construção e ampliação da cidadania e democracia, porém retirando as reais condições para sua efetiva concretização; por outro, o da indução a uma imagem ideológica de transferência de atividades, de uma esfera estatal satanizada (considerada naturalmente como burocrática, ineficiente, desfinanciada, corrupta) para um santificado "setor" supostamente mais ágil, eficiente, democrático e popular (o de uma "sociedade civil" transmutada em "terceiro setor"). Assim, a desresponsabilização estatal das respostas às seqüelas da "questão social" seria (supostamente) compensada pela ampliação de sistemas privados: mercantis (empresariais, lucrativos) e filantrópicos-voluntários (do chamado "terceiro setor") (MONTAÑO, 2002, p. 223, grifos do autor).

O exame dessas relações complexas somente será possível se se tentar captar as mediações necessárias para desvelar a constituição do terceiro setor, com destaque para as ONG's e as organizações filantrópicas empresariais.

1. Empresários como parceiros das ONG's

A educação será o grande alvo das ações empresariais e suas organizações filantrópicas, em especial, a educação básica – esta ligada à necessidade de qualificação dos trabalhadores. Conforme registra Tonet (2007), ao estado de crise em que se situa a educação na atualidade se atrela a crise estrutural do capital. A esse fato soma-se o ataque à ineficácia e à instabilidade das políticas públicas em face das políticas estatais.

A tese da responsabilidade social empresarial passou a aglutinar diversas empresas em torno do social. Como exemplo disso, pode-se citar o Grupo de Institutos e Fundações (GIF), para articular esse gênero de empreendedorismo solidário, e o Instituto Ethos, espaços de reconhecimento da responsabilidade social empresarial no Brasil. Para este Instituto, existe uma ética empresarial que fundamenta a responsabilidade social e, portanto,

A ética é a base da responsabilidade social, expressa nos princípios e valores adotados pela organização. Não há responsabilidade social sem ética nos negócios. Não adianta uma empresa pagar mal seus funcionários, corromper a área de compras de seus clientes, pagar propinas a fiscais do governo e, ao mesmo tempo, desenvolver programas voltados a entidades sociais da comunidade. Essa postura não condiz com uma empresa que quer trilhar um caminho de responsabilidade social. É importante haver coerência entre ação e discurso.

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona. Também se caracteriza por estabelecer metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2012, p.10).

Quanto a esse propósito, as interrogações de Fernandes (1994, p. 101 – grifos do autor) são pertinentes e atuais, como se pode constatar:

Em que medida tudo isso sinaliza mudanças na cultura empresarial na região? Isolada dos negócios, a filantropia desliza para a condição de “caridade”, valor de grande relevância pessoal, mas que não modifica as relações de trabalho e de produção. É aí que está, portanto, o “x” da questão. Em que medida a emergência do tema sinaliza a adoção pelos empresários da pergunta sobre a responsabilidade social da empresa? A adoção de práticas filantrópicas traz alguma implicação para outros setores da organização empresarial? Condiciona a política de pessoal? Interfere no *marketing*? Deixa marcas na identidade da empresa? Está relacionada a uma afirmação de valores éticos nos negócios? Acompanha mudanças nos padrões de relacionamento e de confronto entre capital e trabalho? Guarda alguma relação com o comportamento político das lideranças empresariais? Em suma, como se relacionam?

É bastante confuso classificar as ONG's como organizações sem finalidades políticas (tipo de ação e participação e os interesses implícitos/explicitos na relação com o Estado e a sociedade), econômicas (lucrativas e de relação com o mercado) e culturais (valores, modelos sociais de comportamento, difusão de princípios referentes às culturas envolvidas). Essas organizações atuam no Aparelho de Estado, sob a forma de parceiras, conselheiras, gestoras, planejadoras de políticas sociais – em especial a educação – para os setores em “situação de risco”, sob o aval do Estado e o olhar aprovador do empresariado. Assim, torna-se difícil classificá-las como anticapitalistas uma vez que exercem um controle intenso sobre um dos produtos da relação contraditória entre o capital e o trabalho: a pobreza.

Para Mészáros (2005), não há como separar os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução. Esta, segundo este filósofo, é a razão para que fracassem as reformas educacionais visando remediar os efeitos devastadores da ordem reprodutiva capitalista, pois são incapazes de eliminar os fundamentos causais antagônicos do sistema do capital, por serem estes irreformáveis.

No caso das organizações empresariais, não se espera que os ares filantrópicos e humanistas propagandeados decerto sejam expressão da mudança de paradigma das relações sociais que o sustentam ou que venham a favorecer a redistribuição da riqueza produzida.

É impossível perder de vista que o espaço de atuação da filantropia empresarial circunscreve as relações capital/lucro (acumulação) e que as intenções da chamada responsabilidade social do empresariado não são neutras. Não se pode esquecer que a política, agora, é feita no mercado. Só que esse mercado, tomado abstratamente, não existe, é a ocultação do real, porque o real são as empresas e o Estado imperialista em ação conjunta.

O mundo do mercado é cada vez mais competitivo, e o Estado, cada vez mais gerenciador desses interesses. Educação e pobreza, portanto, criam ou ampliam os espaços para as ONG's e os filantropos empresariais, diversificando-as de acordo com o cidadão-beneficiário que interessa ao mercado: jovens em busca do primeiro emprego, adultos desempregados e/ou em busca de trabalho, requalificação de trabalhadores tornados obsoletos à nova lógica produtiva,

analfabetos, jovens em situação de risco, mulheres e/ou mães pobres e dependentes de programas estatais etc.

Por sua vez, as campanhas e o *marketing* empresarial realizados pela mídia e que anunciam as cifras gastas por essas organizações com o social não equivalem a milésimos do que usufruem na relação com o Estado e quando colocam seus produtos (“social e ecologicamente” responsáveis) no mercado. Considere-se, ainda, o percentual de trabalhadores que são obrigados a “vestir a camisa da empresa” e praticar “cidadania em nome do capital”, além do exército de voluntários à sua disposição, especialmente no Norte e Nordeste, para onde têm-se deslocado fundações, ONG’s e outros de natureza similar, pelas benesses dos governos estaduais e municipais e, sobretudo, o aval da miséria em que vivem os trabalhadores(as) e seus filhos(as).

O fenômeno da responsabilidade social do empresariado e as parcerias com as ONG’s ganham destaque na mídia, porém, apresentam-se ao senso comum de duas formas: na primeira situação, o sujeito fracassou em virtude de sua própria incompetência, não tinha os elementos necessários em sua formação para que pudesse garantir a empregabilidade; na segunda, a maneira de se apresentar o fenômeno é mostrá-lo como natural, banal, inevitável, porque esse é um problema da virada do século ou da reestruturação produtiva e da falta de educação do cidadão para o trabalho, colocando o pobre dependente da ajuda dos empresários e das ONG’s. Pode-se ilustrar com “O Prêmio Itaú-Unicef”, uma iniciativa da Fundação Itaú Social e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC), que visa estimular e reconhecer a atuação de ONG’s, voltadas para a educação integral de crianças e adolescentes e jovens brasileiros (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, 2011). Veja-se a unidade entre o capital financeiro, organismo internacional e ONG brasileira, todos com “a mesma preocupação”.

Trata-se, portanto, de um problema político-estrutural, imbricado no conjunto da realidade social produzida pelas relações capitalistas, que passa a ser de interesse do mercado via parceria empresarial com a sociedade, cujos intermediadores são as ONG’s ou as fundações filantrópicas criadas pelo empresariado, tendo à frente o Estado. Este é o primeiro a reconhecer essas

organizações como provedoras de investimentos e recursos humanos, desde os anos de 1990.

Ressalte-se que, no Brasil, a expansão do “terceiro setor” não foi uma novidade, apenas a continuidade e a regulação de um processo político mais amplo que se expressa através da adesão às políticas nascidas por força da hegemonia dos países imperialistas, sob a mediação de organismos multilaterais (mundializados) de naturezas: econômica, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); culturais e educacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); militares-belicistas, como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN); políticas, como a Organização das Nações Unidas (ONU); por fim, comerciais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC). Assim, o Estado brasileiro foi materializando suas reformas, elaborando políticas públicas (misto de consenso e intervencionismo), num processo contraditório de fortalecimento da soberania/autonomia nacionais e, ao mesmo tempo, de perda sistemática da mesma e de fortalecimento interno do poder político, a partir do aparelho administrativo, visando conformar os interesses do capital num misto de estabilidade macroeconômica e reformas estruturais a seu serviço.

Convém ressaltar que, por vezes, o Estado se comporta como se fosse uma ONG e age de modo a controlar a pobreza por meio de políticas sociais focalizadas e temporais expressas em programas que englobam infinitas modalidades de projetos. Como exemplo, pode-se citar os programas de renda mínima e os programas de educação voltados aos pobres, sem que se superem os problemas sociais historicamente vividos pelos brasileiros.

2. Pobreza e educação como argumento para as parcerias

Em escala mundial, anuncia-se a formação de uma rede de parcerias e diálogos que expressa, ao mesmo tempo, uma preocupação com a pobreza e com a educação. Anunciam-se as vantagens da revolução tecnológica em curso, as vantagens do mercado concorrencial fora do controle estatal e se difunde uma

filosofia individualista em que predomina o desempenho de cada sujeito em total independência com o coletivo, mesmo estando nele.

O fenômeno da pobreza, segundo Santos (2001), cresce em proporções imensuráveis, como produto do imperialismo (chamado de globalização) em função das empresas nacionais e multinacionais e instituições ao seu dispor, com forte aval do Estado, que trata de evitar as possíveis crises no seio do mercado, por meio das políticas econômica e financeira e das políticas sociais compensatórias voltadas aos pobres.

A discussão sobre a pobreza, desde os anos 90, colocou mais um enfoque de tratamento institucional desta, o das obrigações sociais da cidadania. Lavinas (apud GARCIA et al 2003, p. 18) pondera:

Justificando-se no princípio dos direitos e deveres enquanto um conjunto de relações de reciprocidades entre membros de um sistema político orientado pela lógica do mercado, esse paradigma reduz o escopo dos direitos e impõe condições aos assistidos. Sua responsabilização individual aumenta em detrimento da conjuntura econômica e de outros fatores externos determinantes da pobreza e da exclusão. Mesmo nos países onde prevalece o modelo da solidariedade e da inclusão, o mal-estar social decorrente da permanência da pobreza e da amplitude dos processos de exclusão que têm levado a uma polarização crescente do debate direitos x deveres, em favor da extensão das condicionalidades.

Desse modo, há um mundo de vantagens e de consumismo, permeado pela pobreza, em que, paralelamente, vai-se produzido uma realidade ou um novo nomadismo, em que um pobre sai da miséria na qual vive para ser mais pobre ou miserável em outra região. Por sua vez, as ONG's, numa espécie de nomadismo, acompanham esse movimento, deslocando-se, também, em busca de seus clientes.

Acrescente-se ainda que a erradicação da pobreza, a diminuição dos níveis de desigualdade e a ampliação do acesso das camadas pobres aos benefícios do desenvolvimento econômico e social é uma condição da estabilidade política. Em outras palavras, a estabilidade dos ajustes econômicos poderá ser comprometida se se agravam os desequilíbrios sociais. Uma das formas desses ajustes sociais se faz por meio de políticas de crescimento e de políticas de emprego (DRAIBE, 1993) para as quais a educação básica e profissional tornam-se o vetor dessas ações governamentais e para cuja tarefa são convocados o empresariado e a sociedade organizada, destacadamente o "terceiro setor".

Portanto, é no campo educacional, que se constata uma permanente pulverização de ações descaracterizando, limitando e precarizando a oferta de ensino. Por outro lado, a falta de continuidade desse trabalho, a grande tendência à localização/focalização e o controle político e ideológico exercido pelos organismos financiadores contribuem, de algum modo, para a manutenção das condições de exclusão da maioria, pelo viés do assistencialismo.

3.1. A educação básica como redentora

As concepções e metodologias de trabalho do empresariado por meio do “terceiro setor” tornam-se distintas quanto distintos são os problemas apresentados e agravados pela pobreza provocada pelo neoliberalismo em curso. Assim, para cada manifestação das condições de pobreza, nasce uma espécie de organização para institucionalizá-la. Na atualidade, verifica-se uma institucionalização da miséria como espaço de trabalho para uma nova profissão em consolidação: os empreendedores sociais solidários.

Esse movimento associativo não se conforma às fronteiras nacionais, apesar de enraizar-se em vínculos regionais e locais. A internacionalização crescente é simultânea às lealdades particulares das ONG’s, condicionadas, muitas vezes, pelo Estado, mesmo não se encaixando nele. São recortes associativos que proliferam, segundo eles, fora da lógica clássica da divisão capital/trabalho. Porém, Fernandes (1994) adverte que nesse associativismo,

Não há “central” que integre tudo isto, nem oligarquia burocrática que o controle [...]. Em vez de continuidade sistemática entre as divisões da sociedade civil e as da política, verifica-se uma distância considerável entre estas esferas, a qual é preenchida por múltiplos planos e alternativas de articulação. Em vez das formas massivas e politizadas de participação, ocorre a multiplicação de iniciativas locais, tópicas e dispersas em suas intenções (FERNANDES, 1994, p. 18 – grifo do autor).

É possível perceber-se que o “terceiro setor”, inclusive as ONG’s, está sofrendo metamorfoses estruturais e de princípios ético-políticos ou, de acordo com esses atores, estão a “se re-inventar como atores sociais relevantes”. Isso coloca novos desafios em termos de sua responsabilidade pública. Assim, as ONGs, por exemplo, devem ser capazes de

Constituir-se e projetar-se no espaço público como protagonista relevante, seja através da mídia, da relação direta com a população e/ou através de parcerias com o poder público e outras instituições como universidades, condição *sine qua non* para a sustentabilidade das ONGs. Para tanto, são decisivos fatores como eficiência organizacional, capacidade de inovação, produção de impactos sociais demonstráveis e política de comunicação adequada [...] O grande desafio reside em construir novos formatos institucionais que combinem eficiência organizacional, transparência e responsabilidade pública (*accountability*) (ARMANI, 2002, p. 5).

Nota-se que dos anos 90 em diante surgem áreas mais atraentes de atuação para as ONG's: a educação básica, a pobreza e suas distintas manifestações, talvez pela facilidade de captação de recursos e pelo interesse do Estado e do mercado em redirecionar o gasto social com estas políticas. Uma das teses recorrentes trata das novas exigências educacionais para a formação do trabalhador, ou seja, "a mão-de-obra deve ser antes de tudo educada e sua educação deve apoiar-se no desenvolvimento da capacidade lógico-abstrata para decodificar instruções, calcular, programar e gerenciar processos" (DRAIBE, 1993, p. 93).

Aliam-se mercado, Estado e "terceiro setor" por razões de ordem econômica e política, criando estratégias neoliberais para a eliminação da pobreza, tendo à frente a educação como mercadoria. Reforça-se a visão que considera o não acesso aos bens e serviços básicos como um dos maiores entraves à acumulação capitalista. Assim, explica-se o interesse do empresariado socialmente responsável pela causa, inclusive subtraindo tempo livre dos trabalhadores para que estes façam filantropia em nome do capital.

Pesquisa sobre o "terceiro setor" e ONG's atuantes no Brasil demonstra também que o trabalho dessas organizações estabelece uma polaridade regional entre pobres (Nordeste) e ricos (Sul, Sudeste). A distribuição geográfica e de atuação das ONG's no Brasil, segundo pesquisa da Associação Brasileira de ONG's (2003), assim se configura: 53,06% das ONG's atuam no Nordeste, mas 42,86% têm suas sedes no Sudeste. 62,76% trabalham com voluntários, enquanto 83,67% veem-se como espaço de articulação.

Mas Tonet (2007) adverte que essa boa vontade naufraga no momento em que a ânsia de humanizar o capital ou de se opor à degradação humana produzida por este se depara com a impossibilidade de construção de uma nova sociabilidade dentro dos moldes do capital, não podendo se opor à desumanização em curso.

Conclusão

Os argumentos apontados ante as políticas econômicas e sociais do Estado e a necessidade de buscar parcerias com o setor privado não convencem, tendo em vista os mecanismos da privatização implementados e a avidez e o rigor com que o Estado tem controlado a economia e tem buscado arrecadar cada vez mais para dispor ao capital nos momentos de crise. Concorda-se com Borón (In SADER; GENTILI, 1995) quando este diz que na América Latina os Estados capitalistas foram competentemente fortes para desmontar suas empresas públicas, podar suas agências administrativas, privatizar os serviços, obstruir e fragilizar sindicatos e cortar vigorosamente o orçamento público com gastos sociais e surpreendentemente débeis na hora de organizar um regime tributário minimamente equitativo e que obrigasse os capitalistas a pagarem impostos num valor e proporção aproximada à que prevalece nos países avançados.

Verifica-se, no entanto, pela ótica de diversos autores (Borón,1995; Petras, 2000; Draibe,1993; Montaña, 2002; Santos, 2000; Silva, 2002) que os governos latino-americanos seguiram a orientação dos governos e das economias e forças políticas que dominam no mundo. Eles se transformaram em porta-vozes do neoliberalismo, porque se fizeram laboratórios de testes da viabilidade desse projeto, num misto de consenso e consentimento.

Sabe-se que esse modelo de economia e política para os países centrais significou muito mais protecionismo de suas economias e violação das relações de mercado por meio dos organismos internacionais (BM, FMI, OMC, disciplinadores das economias terceiro-mundistas) e de grandes empresas, da privatização de informações no campo da ciência e da tecnologia, do controle dos países pobres pelo endividamento interminável, entre outras formas de agressão aos países da periferia. Não obstante, permanecem os discursos dos governos locais a anunciar as vantagens de uma economia de mercado, livre de todos os valores e determinações que possam impedir os interesses dominantes.

Sob reformas econômicas e políticas, paralelamente os organismos internacionais representativos do grande capital expressam uma paradoxal preocupação com a crescente pobreza e educação no mundo, exigindo dos Estados

políticas sociais substanciais e do empresariado uma maior sensibilidade para que se minimizem a miséria a pairar sobre o mundo, projeto que se constitui, decerto, uma falácia.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS. **ONGS: Identidades e desafios atuais**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DRAIBE, M. Sônia. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas - dossiê liberalismo/neoliberalismo. **USP**, São Paulo, n.17, mar./abr./maio, p.86 – 101, 1993

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relumê/Dumará, 1994.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Prêmio ITAÚ/UNICEF: O que é?** Disponível: http://www.premioitaunicef.org.br/paginas/o_que.aspx. Acesso em: 02 fev. 2012.

GARCIA, Joana et al. **Sociedade e Políticas: novos debates entre ONGs e universidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Perguntas frequentes**. Disponível: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/93/servicos_do_portal/perguntas_frequentes/perguntas_frequentes.aspx. Acesso em: 02 fev. 2012.

LAVINAS, Lena. **Documento de base URB-AL 10**. Alagoas: [s.n.], 2004.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVA, Maria Abádia da. **Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

TONET, IVO. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.